

## OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 254

Período: 23/06/07 a 29/06/07

GEDES – Brasil

- 1- Militar é preso por venda ilegal de armas
- 2- Resolução da crise aérea brasileira é transferida para Aeronáutica
- 3- Embaixador faz análise das Forças Armadas no Brasil
- 4- Acordo nuclear entre Brasil e Alemanha é temporariamente adiado
- 5- STJ produz relatório sobre a Guerrilha do Araguaia
- 6- Presidente da República anuncia postos da Abin em três países
- 7- Construção de Angra 3 reinicia exploração de reservas de urânio

### 1- Militar é preso por venda ilegal de armas

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o 2º sargento do Exército, Evandro de Jesus Rodrigues, foi preso no dia 22/07/07 por vender a um policial à paisana armamento bélico produzido artesanalmente por ele, que incluíam rifles e granadas, os quais serão analisados pela perícia. Rodrigues, que era o responsável pela manutenção do material bélico do quartel de Barueri (Grande São Paulo), estava sendo investigado há um mês e foi preso ao tentar negociar a venda das armas a um policial disfarçado de integrante da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). O sargento confessou que fabricava armas, mas que seria a primeira vez que as venderia e que se tratavam de réplicas não-funcionais. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 23/07/07*).

### 2- Resolução da crise aérea brasileira é transferida para Aeronáutica

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, o presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, autorizou a Aeronáutica a intervir diretamente junto aos controladores do tráfego aéreo brasileiro numa tentativa de solucionar a crise aérea brasileira, criticando os controladores e afirmando que a hierarquia e disciplina devem ser respeitadas. Tal postura foi adotada em virtude do comportamento dos controladores do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta-1), localizado em Brasília e responsável por todo o tráfego aéreo da região Sudeste, que nos horários de pico dos vôos negaram-se a trabalhar alegando que os equipamentos estavam danificados mesmo após técnicos afirmarem o contrário. Assim, no dia 22/06/07 a Aeronáutica afastou 14 controladores do Cindacta-1 para o Centro de Operações Militares, responsável pela defesa do espaço aéreo, não ligado ao controle da aviação civil e exclusivamente militar. Os controladores não vão operar vôos e esperam pelo resultado do Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado em virtude do motim ocorrido em março e podem ser expulsos da corporação. Moisés Gomes de Almeida, vice-presidente da Federação Brasileira das Associações dos controladores de Tráfego Aéreo (Febracta), teve prisão decretada. Em reunião com o ministro da Defesa, Waldir Pires e o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, Lula determinou que a situação fosse tratada exclusivamente no âmbito militar, encarando o assunto como uma rebelião de sargentos que desrespeitaram a

hierarquia das Forças Armadas e ilimitando interferências políticas como a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo. Assim, Saito adotou um Plano de Contingência, previsto desde março, com medidas disciplinares e técnicas, prevendo punições severas e nenhuma negociação com a categoria. O plano ainda determina prisão e afastamento dos líderes e dos que aderirem a um possível motim, o IPM instaurado ainda desde março e que corre em paralelo na Justiça, análise e possível atendimento às reivindicações dos controladores que não aderirem ao movimento e todos os supervisores, até então sargentos terão a patente de tenente, com ordens de reagir duramente a atos considerados indisciplinados. O governo apontou a possibilidade de uma carreira de controladores de tráfego aéreo, com possibilidade de ascensão e aumentos salariais que foi criticada na afirmação de Saito: "nós, militares, não trabalhamos dessa forma. Não admitimos reivindicação de subordinado que infringe a lei e os regulamentos". Espera-se que o plano fique em vigor até dezembro deste ano. As ações anunciadas por Saito dividiram opiniões, enquanto especialistas no setor aéreo e oficiais da Aeronáutica consideram-nas positivas, organizações sindicais dos controladores e a Federação Internacional dos Controladores de Tráfego Aéreo (Ifacta – sigla em inglês) enxergam riscos ao funcionamento normal do espaço aéreo brasileiro. Os jornais ainda trouxeram um debate sobre toda a crise que vem afetando o setor aéreo brasileiro. Em 24/06/07, apontaram que, a partir da avaliação feita pela Aeronáutica, a operação de emergência para isolar os líderes do movimento dos controladores e debelar a crise estaria sendo resolvida e teria desdobramentos políticos, como, entre outros, o fortalecimento do controle militar sobre o tráfego aéreo. Segundo oficiais da FAB, a crise só começou a ser resolvida quando Lula devolveu o controle da situação para a Força Aérea e autorizou a preparação do Plano de Contingência na hipótese de rebelião por parte dos controladores. Assim, a intervenção e autonomia da Aeronáutica (agora definitivamente autorizadas por Lula) são essenciais para a resolução da crise, embora isso tenha sido contraditório na medida em que Lula acabou por adotar uma postura oposta à do início da crise, que era a proposta de desmilitarização do controle do tráfego aéreo. O editorial do *Jornal do Brasil* sugeriu que a crise talvez não chegasse ao ponto em que chegou se Lula, Pires, e os funcionários da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) tivessem deixado a cargo dos militares a gestão do problema. Contudo, teria sido proveitoso evidenciar a "fratura exposta" da estrutura aérea nacional para que as limitações e inconsistências do modelo de controle militar fossem divulgadas ao público. Em 25/06/07 a situação nos aeroportos encontrava-se normalizada e as avaliações transmitidas à Lula foram positivas. Os controladores apostam agora na repercussão internacional e esperam que a Ifatca e a Organização de Aviação Civil Internacional (Icao – sigla em inglês) reconheçam as deficiências do espaço aéreo brasileiro e a rebaixem a classificação de segurança do mesmo. De fato, para Christoph Gilson, representante da Ifatca, a determinação de prisão dos controladores de voo estaria expondo a decisão equivocada de um governo imaturo, que teria como desafio para a solução da crise aérea do país o planejamento e a natureza da estrutura aérea, sendo a desmilitarização a solução da crise. Quanto ao questionamento sobre a segurança de voo no território nacional que surge em meio à crise, as opiniões são diversas. Os controladores cogitaram a idéia de transferir a liderança dos movimentos para controladores civis, isentos de retaliações militares,

entretanto, os civis representam menos de 20% dos controladores. Assim, com o isolamento das “lideranças negativas” a Aeronáutica acredita que a situação permanecerá normalizada e os controladores trabalharão “dentro das regras militares, sem questionar ordens”. Lula, satisfeito com as medidas e resultados do plano, elogiou a postura de Saito afirmando que o ex-comandante da FAB, brigadeiro Luiz Carlos Bueno, não era tão competente quanto o atual comandante. Segundo *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, em 26/06/07, Lula criticou os controladores, disse que agiram de má-fé e fazem terrorismo: “A Aeronáutica me garante que o sistema brasileiro é seguro (...) não existe a possibilidade de ficar passando terrorismo para a sociedade”, afirmou. No encontro Sul-Americano dos Controladores de Vôo, programado para discutir a desmilitarização do setor e ocorrido também no dia 27/06/07, embora com ausência da Argentina, Uruguai (dois países onde a desmilitarização encontra-se em andamento) e do Chile (país que já transferiu o controle do tráfego aéreo para os civis), os controladores consideraram-se perseguidos e disseram que não esperam o resultado da CPI para reagirem. De acordo com *O Globo*, a Aeronáutica, para acelerar a substituição dos atuais operadores que foram afastados do Cindacta-1 pelos militares que atuam na defesa aérea, reduziu o tempo de treinamento exigido para o ingresso dos novos controladores de 95 horas para 45. Ao se referirem sobre a substituição de controladores acostumados a operar o monitoramento de aviões comerciais por militares do Centro de Operações Militares, que não têm experiência nesse tipo de serviço e sobre a diminuição da carga horária do curso, concluíram que as alterações podem ocasionar sérios acidentes aéreos. Oficialmente a FAB negou que haja risco, pois todos estarão capacitados e serão treinados por pessoas experientes, o que compensaria a diminuição no tempo de formação. Por último, a proposta da Aeronáutica e do Ministério da Defesa de diminuir a quantidade de vôos oferecidos nos horários de pico não foi aceita pelas companhias aéreas. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) avaliou que as medidas adotadas pela Aeronáutica provaram que a gestão dos controladores era que causava o caos. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 23/06/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 24/06/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 25/06/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 26/06/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 27/06/07; *Jornal do Brasil* – País – 23/06/07; *Jornal do Brasil* – Editorial – 24/06/07; *Jornal do Brasil* – País – 24/06/07; *Jornal do Brasil* – País – 25/06/07; *Jornal do Brasil* – 26/06/07; *Jornal do Brasil* – País – 27/06/07; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 23/06/07; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 24/06/07; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 25/06/07; *O Estado de S. Paulo* – 26/07/06; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 27/06/07; *O Globo* – Economia – 23/06/07; *O Globo* – O País – 24/06/07; *O Globo* – O País – 25/06/07; *O Globo* – Economia – 26/07/06; *O Globo* – Economia – 27/06/07).

### 3- Embaixador faz análise das Forças Armadas no Brasil

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma análise do embaixador Rubens Barbosa sobre as Forças Armadas e o Estado brasileiro. Segundo Barbosa, a rivalidade entre militares e civis, especialmente no atual governo de Luis Inácio Lula da Silva, vem acentuando-se crescentemente. A crise área provocou um desgaste a partir da quebra da hierarquia militar e a possibilidade de desmilitarização do setor, assim como as propostas de atuação das Forças

Armadas na Segurança Pública, com operações contra tráfico de drogas ou intervenção no caso da violência urbana da cidade do Rio de Janeiro provocaram certa relutância das Forças por estas não serem preparadas e não possuírem equipamentos para tais operações. Barbosa também chamou a atenção para o baixo orçamento repassado para as três Armas, que representa apenas 1,7% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) do país, sendo um dos mais baixos da América do Sul. Assim, a modernização dos equipamentos e o repasse de maiores recursos tornam-se imprescindíveis para que as Forças Armadas exerçam adequadamente suas funções, especialmente a de defesa do território nacional. Segundo Barbosa, isso será possível a partir de um ministro da Defesa civil forte que defenda a hierarquia, interesses e princípios militares “com políticas voltadas para a recuperação da capacidade operacional”. Na opinião do embaixador, a indústria bélica nacional deveria receber muito mais apoio para que produtos e serviços estratégicos não sejam mais importados, anulando a dependência do exterior. Além disso, a Política de Defesa Nacional, proposta em 1996 pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, deveria ser repensada e adequada aos novos padrões mundiais referentes a terrorismo, crimes transnacionais, contrabando de armas e defesa das fronteiras nacionais, voltada para “o conceito do interesse nacional e pensada como política pública”. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 26/06/07).

#### 4- Acordo nuclear entre Brasil e Alemanha é temporariamente adiado

De acordo com o jornal *O Globo*, a retomada das negociações do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha de 1975, assinado entre os dois países no governo de Ernesto Geisel, iniciadas em dezembro de 2006, ainda não foram aceitas pela Alemanha que, através de Sigmar Gabriel, ministro do Meio Ambiente, quer que a “cooperação na área da energia renovável e eficiência energética” substitua o componente “atômico” do acordo, o que não é aceito pelo governo brasileiro. Um novo encontro entre os dois países, previsto para junho de 2007, foi adiado por tempo indeterminado. Stefan Moritz, porta-voz do Ministério da Economia Alemã, afirmou que o ministro Michael Glos propôs a retomada do acordo sem alterações, mas enfrenta embates por parte do Ministério do Meio Ambiente. No Brasil, a retomada das negociações também gerou embates. O deputado Thile Hoppe, pertencente ao Partido Verde (PV), afirmou que o Brasil passa por uma “reedição dos velhos sonhos de superpotência”, referindo-se ao projeto militar Brasil-Potência da época da Ditadura Militar (1964-1985), que incluía a obtenção de tecnologia nuclear. Já o ministro Tovar da Silva Nunes, da embaixada do Brasil em Berlim, apontou que o Brasil é um “parceiro falando de igual para igual” com a Alemanha e que pode buscar cooperações nucleares também com outros países. (O Globo – Economia – 27/06/07).

#### 5- STJ produz relatório sobre a Guerrilha do Araguaia

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), após vinte e cinco anos de tramitação, finalizou o processo judicial, no qual, os familiares dos mortos da Guerrilha do Araguaia – movimento armado contrário ao regime militar, instalado no sul do Pará e no norte do Tocantins, eliminado pelas Forças Armadas em 1972 e 1975 - pedem

acesso aos documentos e arquivos militares. Segundo os jornais, o STJ confirmou a decisão da Justiça Federal em Brasília, que foi favorável à abertura dos documentos. Em um relatório divulgado em março de 2007, elaborado durante mais de dois anos por diversos órgãos do governo e coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, as Forças Armadas afirmam que os documentos da Guerrilha do Araguaia foram destruídos em diferentes momentos históricos, fato que pode deixar as 22 famílias que moveram a ação sem informações suficientes e sua busca pelos corpos, iniciada em 1982, pode prosseguir. (Folha de S. Paulo – Brasil – 28/06/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 28/06/07).

#### 6- Presidente da República anuncia postos da Abin em três países

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recriou no dia 27/06/07 três postos de inteligência (fechados na década de 1980, quando pertenciam ao Serviço Nacional de Inteligência), nomeando agentes do serviço federal de inteligência a alocarem-se nas embaixadas das capitais da Argentina, Venezuela e Colômbia, com o objetivo de cooperar com esses países no combate ao tráfico de armas e de drogas. O Decreto foi publicado no Diário Oficial do mesmo dia e os analistas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) nomeados atuarão como adidos civis nesses países. Segundo os jornais, é possível que dentro dos próximos dias o presidente Lula nomeie mais dois agentes, um para a Bolívia e outro para o Paraguai. A criação dos postos visa tornar oficial a presença e atuação de arapongas brasileiros nos países vizinhos, uma vez que muitos já atuaram em território estrangeiro sob disfarce. De acordo com a Abin, a estratégia é criar uma rede eficiente de fluxo de informações de inteligência, porém a agência não afirmou se serão enviados mais analistas para o exterior. O jornal *Folha de S. Paulo* afirmou que o presidente Lula defende a ação internacional da Abin no que diz respeito a assuntos como crimes transnacionais, combate ao terrorismo e temas relacionados à segurança nacional e ainda noticiou que há a possibilidade de criar um posto na China. (Folha de S. Paulo – Mundo – 28/06/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 28/06/07; O Globo – O País – 28/06/07).

#### 7- Construção de Angra 3 reinicia exploração de reservas de urânio

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o anúncio da retomada da construção da usina nuclear Angra 3 fez com que a estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB) reiniciasse a exploração das reservas de urânio de Santa Quitéria, localizadas no estado do Ceará. Enquanto o objetivo da construção de Angra 3 é aumentar a capacidade de geração de energia térmica brasileira, a finalidade da exploração do urânio é alcançar a auto-suficiência do ciclo de produção deste combustível (explorar, enriquecer e encapsular), necessário para o funcionamento das usinas nucleares brasileiras. Segundo o jornal, o Brasil possui a sexta maior reserva mundial de urânio, e futuramente terá condições de exportá-lo. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o projeto de construção de Angra 3 prevê gastos de aproximadamente 7,2 bilhões de reais, mas ainda depende da aprovação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para entrar em operação. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 29/06/07; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 29/06/07).

## SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – [www.folha.com.br](http://www.folha.com.br)

Jornal do Brasil – [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estado.com.br](http://www.estado.com.br)

O Globo – [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

**\*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)**

### **\*\*\*Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP), João Paulo Guerra Rotelli (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Redatora, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Leonardo Soares de Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq), Sthéfane Torres (Redatora, graduanda em Relações Internacionais) e Víctor Missiato (Redator, graduando em História).